CIBERCIDADANIA E CIBERDEMOCACIA: AS COMUNIDADES VIRTUAIS E A INFLUÊNCIA DAS MASSAS PELAS TIC'S.

CIBERCITIZENSHIP AND CIBERDEMOCACY: VIRTUAL COMMUNITIES AND THE INFLUENCE OF MASSES BY TIC'S.

Oniye Nashara Siqueira¹

Adalberto Simão Filho ²

RESUMO

O presente estudo busca investigar os impactos e o nível de influência dos meios tecnológicos de comunicação, mormente as comunidades virtuais formadas nas redes sociais, para o exercício da cidadania e da participação popular democrática. Insere-se neste contexto o esclarecimento dos conceitos de cibercidadania e ciberdemocracia, que são necessários para delinear os argumentos favoráveis e desfavoráveis de controle das massas pelas TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação). O caminho trilhado perpassa pelo desenvolvimento da *internet* e globalização da conectividade, para então atingir o momento presente, em que as mídias sociais se desenvolvem como instrumentos determinantes para o domínio e imposição de opiniões formadas em redes sociais, inclusive aquelas fundadas em *fake News* para, ao cabo, concluir quais as consequências dos meios telemáticos de comunicações na afirmação dos direitos e

¹Possui graduação em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (2014). Bolsista PROSUP/CAPES. Especialista em Processo Civil pela Universidade de São Paulo (2016) e Mestranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto. Email: oni_126@msn.com

²Possui graduação em Direito pela Faculdades Metropolitanas Unidas (1981), mestrado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991), doutorado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra (2009-2011). Atualmente é docente titular da Universidade de Ribeirão Preto-UNAERP, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Coletivos e Cidadania, níveis doutorado e mestrado. Professor do programa de pós graduação em direito comercial da COGEAE/PUC-SP. Diretor do Escritório de Advocacia Simão Filho Advogados. Tem experiência em Direito Empresarial, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito tecnológico, inovação e proteção de dados, Direitos coletivos, Consumidor e interesses difusos, soluções éticas de conflito , negociações e automediação. Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont) e do Instituto Avançado de Proteção de Dados (IAPD) E-mail adalbertosimao@uol.com

deveres dos cidadãos brasileiros. Para tanto, aplicamos o método de abordagem dedutivo, em conjunto com a técnica de pesquisa bibliográfica, por meio da análise doutrinária sobre o tema.

Palavras-chave: tecnologia, redes sociais, democracia, cidadania.

ABSTRACT

This study aims to investigate the impacts and the level of influence of the technological means of communication, especially the virtual communities formed in social networks, for the exercise of citizenship and democratic popular participation. In this context, the clarification of the concepts of cyber citizenship and cyberdemocracy, which are necessary to delineate the favorable and unfavorable arguments of mass control by ICT (Information and Communication Technologies). The path followed goes through the development of the internet and the globalization of connectivity, to then reach the present moment, when social media are developing as determining tools for the dominance and imposition of opinions formed in social networks, including those based on fake news to, to conclude, what are the consequences of the telematic means of communication in the affirmation of the rights and duties of the Brazilian citizens. To this end, we apply the deductive approach method, in conjunction with the bibliographic research technique, through doctrinal analysis on the subject.

Keywords: technology, social networks, democracy, citizenship.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Brasil, no que concerne ao reconhecimento dos direitos humanos dos povos e a atribuição de deveres positivados de origem tipicamente humanista, perpassa por um longo caminho. Desde o descobrimento, caminhando pela colônia, império, ditaduras e golpes, temos que a cidadania evoluiu a passos curtos, para, finalmente, atracar-se na república democrática presidencialista de atualmente.

Sem prejuízo de outros exemplos que representam essa clarividente disformidade histórica², e embora os progressos nesta seara sejam inegáveis, notório

² “A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) realizou agora em novembro um levantamento temático sobre os negros nos mercados de trabalho metropolitanos, trazendo dados do período entre 2013 e 2014 relativos a cinco grandes cidades brasileiras: Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Os

que o estado de direitos brasileiro (que pode ter sido, inclusive, configurado às avessas se considerarmos a ordem dos fatores desenvolvida por Marshall³) aprimora-se lentamente de modo incapaz de esconder o que ainda falta a ser concretizado⁴.

Lado outro, o desenvolvimento da humanidade não aguarda a equalização de condições. A verdade é que o exponencial crescimento da conectividade mundial dos povos e o implemento acelerado das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) demonstram a insuficiência das positavações básicas atuais frente à existência dos “novos direitos”, resultantes da mudança cultural promovida pela *web 3.0*⁵.

Clarividente deficiência é encontrada quando da seguinte comparação: enquanto a ONU declarou que o acesso à internet livre e sem restrições de conteúdo é um direito da humanidade, em contrapartida, o Brasil encontra-se em 50º lugar em um *ranking* de 68 países que possibilitam as melhores condições para uma vida digital⁶.

Inobstante a supramencionada incongruência, é latente a demanda por novas garantias, tais como a facilitação de acesso à serviços públicos por meio digital, a

resultados mostram, por exemplo, que mesmo onde a desigualdade de rendimento médio entre brancos e negros é menor — na capital cearense —, o valor recebido pelos negros para cada hora trabalhada corresponde a 77,5% do que os brancos recebem, o que significa uma diferença de mais de 20%. Os dados apontam que, entre 2011 e 2014, o rendimento médio da população negra que tem alguma ocupação cresceu mais do que entre a população branca — o que é explicado pela pesquisa em função do aumento dos valores pagos no setor de construção civil.” Mais informações em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/racismo-em-numeros-e-cifra>>.

³ MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Disponível em: <<https://adm.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/18/2014/10/Marshall-Cidadania-Classe-Social-e-Status1.pdf>>. Acesso em: 12.05.2019. Pág. 57 à 114.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Pág. 219.

⁵ Para esclarecer o conceito, segundo Lawrence Koo “a natureza do World Wide Web mudou da página estática e individual, e-mail (Web 1.0), para o que temos hoje (Web 2.0) em que um conjunto de novos recursos, tais como, redes sociais, wikis e mensagens instantâneas, transformaram as formas como nós, indivíduos e empresas, utilizamos a rede. Hoje, as tecnologias de ‘Web 3.0’ também conhecidas como “Web Semântica”, começam a ganhar força dois lados do firewall, transformando o mundo e o mercado. Convém dizer que a Web Semântica é a visão que o consórcio World Wide Web Consortium tem para a próxima geração Web em que o significado das informações e serviços (sob a Web) pode ser facilmente entendido por outra aplicação sem a mediação e a interpretação humana. Essa tecnologia pode ser aplicada dentro de uma empresa e a sua cadeia de fornecedores e clientes fazendo com que as informações corporativas possam ser prontamente acessadas e usadas com base no seu significado. Esse tipo de tecnologia tem a promessa de levar a outro nível de colaboração os dados corporativos e estender o potencial das informações na Web e nos sistemas internos das instituições para compartilhar com o significado de uma forma dramaticamente mais clara e intuitiva, como se houvesse uma mediação humana. Esse avanço é tão grande que o próprio Sir Tim Berners-Lee, o engenheiro britânico a que foi creditada a invenção da Web, identificou a semântica como a tecnologia chave para a próxima geração de internet”. KOO, Lawrence. **O papel da Web 3.0 no consumo contemporâneo**. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/7086/5127>>. Acesso em: 21.07.2019.

⁶ INTER NATIONS. **Digital Life Abroad An Expat Insider Topical Report**. Disponível em: <https://cms.internations.org/sites/default/files/2019-05/2019-05-22_Digital_Life_Abroad_Report_by_InterNations.pdf>. Acesso em: 22.07.2019.

proteção de dados inseridos em rede, o controle das contas públicas pelos cidadãos via *sites*, a participação popular no processo legislativo por e-mail, *et cetera*.

Neste espeque, este texto fulcra sua temática na imprescindibilidade de estudo das novas exigências da sociedade, decorrentes da exasperada inserção das TIC no dia-a-dia do cidadão, e que culminam em novas concepções de cidadania (*cibercidadania*) e democracia (*ciberdemocracia*), conforme a doutrina de Perez Luño, André Lemos, Manuel Castells e Pierre Levy.

Ainda, necessário investigar quais os impactos da facilidade na obtenção de informações oriundas das mais variadas fontes, confiáveis ou não, e sua influência na atividade decisória dos cidadãos quando do processo democrático de escolha dos representantes políticos.

Ao cabo, dispostos acerca da possibilidade de alienação dos internautas frente a massificação de informações inseridas nas redes sociais e a circulação de *fakenews*, usando como base a concepção de Giovanni Sartori e o que se entende por *Homo Videns*, verificando o impacto de tais condutas na participação democrática e na afirmação da cidadania.

1. A EMERGÊNCIA DO CIBERESPAÇO, O PLURALISMO E A DIVERSIDADE

Enquanto na década de 1960o Brasil passava por intensos períodos de repressão, censura e violações aos direitos humanos⁷, o contexto internacional, delineado pelo ambiente da Guerra Fria, fez com que cientistas norte-americanos desenvolvessem um meio de comunicação para possibilitar o compartilhamento de informações e resistir à eventual ataque nuclear pelo oponente russo.

De acordo com David Giles, o artifício nomeado de ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Network*), que era, até então, uma tecnologia militar, tinha

⁷Para mais informações acerca do desenvolvimento da cidadania no Brasil, sugerimos a leitura da obra de José Murilo de Carvalho intitulada de “Cidadania no Brasil: o longo caminho”.

seu uso dedicado aos acadêmicos que, a partir de 1970, passaram a desenvolvê-lo e a proceder a sua rápida expansão⁸.

No entanto, foi em 1989 que o engenheiro inglês Tim Bernes-Lee desenvolveu a World Wide Web (WWW), possibilitando a utilização de uma interface gráfica mais dinâmica, por meio do que conhecemos hoje como navegadores ou *browsers* que, visualmente interessantes, chamaram a atenção do público em geral.

No Brasil, as Universidades passaram a compartilhar informações com os Estados Unidos em meados de 1980 e, a partir de 1989, a internet se expandiu pelo território nacional por meio do Projeto Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Dados apurados pela Organização das Nações Unidas - ONU reforçam a globalização da conectividade. Em 2016, de um total de 7,444 bilhões de pessoas habitando o planeta, 3,2 bi já têm acesso à internet⁹. Em 2018 este número atingiu 57% da população mundial, demonstrando um crescimento de 7% em comparação à 2017.¹⁰

Tamanho a valorização da internet como instrumento de desenvolvimento dos povos, que fora equiparada pela ONU à um direito da humanidade ao afirmar que *“the Internet has become a key means by which individuals can exercise their right to freedom of opinion and expression, as guaranteed by article 19 of the Universal Declaration of Human Rights and He International Covenant on Civil and Political Rights”*¹¹, na mesma oportunidade rechaçou de forma veemente o bloqueio arbitrário e o filtro de conteúdo impostos por países, a criminalização da liberdade de expressão, os *cyber-attacks* e a insuficiência da proteção aos dados pessoais dos internautas.

Não obstante a transmissão da mensagem mundial, em terras brasileiras a ONU difundiu que o desenvolvimento sustentável do país está correlacionado à promoção significativa do aumento de acesso às Tecnologias da Informação e

⁸ GILES, David. **Media Psychology**. Disponível em: < <http://beet.the-eye.eu/public/WorldTracker.org/Sociology/Giles%20-%20Media%20Psychology.pdf>>. Acesso em: 9.07.2019. Pág. 262-263.

⁹ “O universo dos 57% da população off-line — cerca de quatro bilhões de pessoas — concentra-se sobretudo no continente africano. Enquanto 21% da população na Europa não têm acesso à internet (nos países desenvolvidos em geral, cerca de 80% da população estão on-line), na África esse percentual de desconectados alcança 75% da população”. PIOVESAN, Flávia. **Internet e direitos humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-internet-direitos-humanos/>>. Acesso em: 30.06.2019.

¹⁰ **WE ARE SOCIAL. DIGITAL IN 2018: WORLD'S INTERNET USERS PASS THE 4 BILLION MARK**. Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>>. Acesso em: 12.09.2019.

¹¹ UNITED NATIONS. *Op. Cit.*

Comunicação, entabulando como meta de empenho ao país o oferecimento universal da conexão e a melhora na oferta de preços à população, até 2020.¹²

E tal finalidade tem razão de ser. De acordo com um relatório elaborado pela rede social *Inter Nations*¹³ ao apurar a qualidade da vida digital, levando em consideração fatores como a facilidade de obtenção de um número de telefone, a qualidade da internet e o acesso a serviços públicos por meio digital, posicionou o Brasil em 50º lugar, do total de 68 países¹⁴.

Lado outro, a inglesa *We Are Social* (agência de social media especializada em desenvolver estratégias para as plataformas digitais), em parceria com a canadense *Hoot Suite* (especialista em gestão de marcas de mídias sociais), publicou recentemente os índices de acesso à internet no mundo. Os números confirmam a importância da conectividade na vida do brasileiro, que destina mais de 4 (quatro) horas do seu tempo diário em atividades *online*.

Denota-se, portanto, que em 30 (trinta) anos de sua pulverização, a conexão via internet alternou drasticamente a maneira como as pessoas se relacionam, se identificam e se determinam nas sociedades contemporâneas.

O aumento da abrangência de serviços oferecidos *online* por meio das TIC, cada vez maior, mais específicos e de modo facilitado, fez com que a conectividade se tornasse uma necessidade na vivência cotidiana, alterando substancialmente o modo de vida do ser humano que passou a primar por este acesso, criando novos nichos de emprego, novas formas de entretenimento, novos meios de transporte, novas espécies de comunicação, novas linguagens, novas formas de consumo, novas moedas, novas searas de comércio, *et cetera*.

O filósofo francês Pierre Levy bem delinea em sua obra que:

A partir do computador ligado à Internet, temos a escolha entre todas as rádios, todas as televisões, todos os jornais disponíveis. Já não somos mais obrigados a restringir nosso prisma e as nossas informações àquilo que escrevem ou dizem à nossa volta num raio de quinhentos ou de mil quilômetros. Temos acesso a pontos de vista de conjunto de agentes em debate ou em conflito. A nossa compreensão de mundo torna-se mais vasta, mais aberta.¹⁵

¹² ONU. *Op. Cit.*

¹³ A *Inter Nations* é uma rede social que tem como objetivo aproximar conexões entre estrangeiros e suas comunidades de moradores espalhados por diversos países do mundo.

¹⁴ INTER NATIONS. *Op. Cit.*

¹⁵ LEVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Tradução de Alexandre Emílio. Lisboa; Epistemologia e Sociedade, 2002. Pág. 49.

Tamanha modificação daquilo que tínhamos como realidade que Manuel Castells caracteriza a onda da qual emerge esta era de “sociedade em rede”.

O autor afirma que a interconexão, como característica preponderante deste período, forma “uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes.”¹⁶

Para outros, melhor individualiza este novel cenário a terminologia “sociedade do conhecimento” - como alternativa ao que se nomeou de “sociedade da informação”¹⁷, e que foi primeiramente invocada por Fritz Machup, em 1962, na obra *The Production and ditribution of knolege in the USA*, posteriormente desenvolvido por Peter Ducker, em 1966, em *The age of discontinuity*¹⁸.

Na era digital, o principal diferencial reside no fato de que a informação é prestada de modo bilateral, de modo que todo e qualquer internauta pode ser emissor de e receptor de conteúdo, sem que uma conduta dependa da outra. Diversamente do que ocorria com a mídia televisiva ou escrita em jornais e revistas, em que se vislumbrava, até então, apenas a transmissão, sem que houvesse a interação direta com o espectador/leitor, convertendo a noção de um-para-todos em todos-para-todos¹⁹.

¹⁶ CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). **A sociedade em rede: do conhecimento a acção política**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2006. P. 19.

¹⁷ De acordo com a Fundação João Pinheiro: “O conceito Sociedade da Informação compreende a sistematização de um conjunto de transformações científicas e tecnológicas impulsionadas pelo desenvolvimento da microeletrônica, da informática e de suas tecnologias associadas, notadamente a partir do desencadeamento da Segunda Guerra Mundial”. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Análise das condições de inserção dos estados brasileiros na sociedade da informação e do conhecimento: proposta metodológica e aplicação para as unidades da federação**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2010. Texto para discussão n.1.

¹⁸ CRAWFORD, Susan. **The origin and development of a concept: the information society**. Bull. Med. Libr. Assoc., 71(4) October, pp. 380-385. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC227258/pdf/mlab00068-0030.pdf>>. Acesso em: 28/07/19.

¹⁹ LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em uma direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010. Pág. 87.

Assim, temos que aqueles que escolhem a reticência nesta nova atmosfera certamente tornar-se-ão marginalizados numa sociedade na qual o bem com maior valor econômico é a informação e o tratamento de dados²⁰.

A expansão do ciberespaço e, conseqüentemente, a disseminação facilitada de toda a vastidão de conteúdo que dele emana são valores indispensáveis ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento, que se caracteriza, segundo Ingo W. Sarlet e Carlos Alberto Molinaro, por conta a) da grande quantidade de informações; b) da informação instantânea; c) da organização bipolar da informação; d) dos sistemas interativos de informação; e) da inovação tecnológica constante; f) da preponderância do formato digital e g) da onipresença da internet.²¹

Hábitos, comportamentos e características inerentes à esta nova seara foram denominados de *cyberculture*, em português: cultura cibernética ou cibercultura, conceituada por Pierre Lévy como “um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”²². E o autor complementa, em coautoria com André Lemos, que as principais características desta nova geração são: a libertação da palavra; a conexão, a conversação mundial e a conseqüente reconfiguração social, cultural e política.²³

Nessa mesma toada, Valéria Ribas do Nascimento admite como cibercultura “o conjunto tecnocultural emergente do final do século XX, impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o aparecimento das redes telemáticas mundiais”.²⁴

Com efeito, a expansão da conectividade e o apoio à produção de conteúdo são valores mundialmente enfrentados pelas grandes potências, que reconhecem a transmissão da diversidade e o aceite da pluralidade como caminhos inadiáveis ao desenvolvimento da humanidade.

²⁰ RESENDE, Mariana Junqueira Pereira. **CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: a Internet como instrumento para efetivação de direitos fundamentais**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Ribeirão Preto, 2016. Pág. 52.

²¹ MOLINARO, Carlos Alberto; SARLET, Ingo Wolfgang. Breves notas acerca das relações entre a sociedade em rede, a internet e o assim chamado Estado de Vigilância. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coords.). **Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2014. Pág. 30.

²² LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. Pág. 17.

²³ LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *Op. Cit.* Pág. 25-26.

²⁴ NASCIMENTO, Valéria Ribas do. **Neoconstitucionalismo e ciberdemocracia: desafios para a implementação da cibercidadania da perspectiva de Perez Luño**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496580>>. Acesso em: 01.06.2019.

Deste modo, o investimento mostra-se proveitoso não apenas para a comunidade diretamente atingida, mas ainda é capaz de transcender barreiras geográficas e, quiçá, planetárias, possibilitando a melhora na qualidade de vida da população, a busca pela equalização das desigualdades, o respeito às diversidades dos povos promovida através do conhecimento e do aprimoramento educacional.

Dito isto, e em que pese a latente possibilidade de crescimento do país no que concerne ao uso de novas TIC para a disseminação da informação e a promoção do desenvolvimento social, temos que a eliminação do fosso digital e o avanço da sociedade do conhecimento, aprimorada em inovação científica e tecnológica, ainda são ideais longínquos de serem atingidos pelo Brasil.

2. CIBERCIDADANIA E CIBERDEMOCACIA

Não obstante a identificação fenomenológica da cibercultura como uma consequência da emergência do ciberespaço, difundido mundialmente pelo acesso à internet e o aumento substancial da conexão das massas, temos que a pluralidade e a diversidade de conteúdo presentes na rede, bem ainda a facilidade de acesso à informação, trouxeram à lume novas demandas da população, alterando concepções sociais e políticas, como a cidadania e a democracia.

No que concerne à esta última, cujo valor já vinha adquirindo configurações diversas consoante o desenvolvimento da sociedade, temos que as realidades digitais igualmente instituíram nova roupagem. Na concepção de Pedro Demo:

Uma das discussões mais centrais na atualidade reside em saber o verdadeiro papel das novas mídias como agente de “democratização”. Boa parte da literatura sobre democracia digital reconhece o potencial de interação horizontal em massa das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC’s). Esse otimismo faz com que pesquisadores vejam a internet como uma oportunidade para a revitalização da democracia ao franquear novas formas de participação cidadã, horizontal, independentemente das grandes estruturas políticas e organismos de comunicação de 4 massas, tornando o Estado mais ágil, transparente e próximo do cidadão.²⁵

²⁵ CEBRÍAN, Juan Luis. **A rede**. São Paulo: Summus, 1999. Pág. 17.

Assim, a atualmente denominada *ciberdemocracy* ou *telemocracia* é resultado de uma drástica transformação na concepção tradicional de participação popular e interação dos cidadãos nas decisões políticas, originária da Grécia Antiga.

Por meio da criação de processos, mecanismos e formas de interação digital com o Estado, verificamos que se tornou não apenas possível, mas ainda verossímil e palpável o contato com aqueles que, antes, quedavam-se em um púlpito atingível apenas a cada quadriênio.

É seguro asseverar que a ciberdemocracia não é apenas produto do desenvolvimento tecnológico, mas ainda resultado da renovação do interesse dos governados em participar, agora de modo mais efetivo, das decisões políticas de seu país.

Em complemento, Antonio Enrique Perez Luño dispõe que o aumento da participação popular se deve ao fato de que *“el sistema permite maximizar y optimizar la comunicacion directa, sin ningun tipo de mediatizaciones, entre nos cudadanos y quiens tienen a su cargo el poder político responsable de tomar las decisiones”*.²⁶

Neste contexto, emanam das concepções do autor dois vértices para a apuração da intensidade de mudança da realidade implementada nas relações democráticas pelo desenvolvimento do ciberespaço. A primeira delas foi denominada de ciberdemocracia fraca, nela os meios de participação cidadã são apenas reforçados, não havendo substituição do sistema indireto, como por exemplo a modernização dos meios de votação.

Lado outro, em sua versão forte, a telemocracia traz à lume novos meios de participação democrática, capazes de alterar de maneira significativa a experiência do cidadão, revitalizando o interesse a partir do protagonismo participativo.

O Brasil tem demonstrado avanços nesta seara. Em um primeiro momento citamos a criação de canais televisivos que transmitem em tempo real os acontecimentos nas três casas dos poderes, a saber: TV Justiça, TV Câmara e TV Senado. No entanto, não permitem a interação direta e instantânea com o telespectador.

²⁶Tradução nossa: “O sistema permite que a comunicação direta seja maximizada e otimizada, sem qualquer tipo de mediatização, entre os cidadãos e os responsáveis pelo poder político responsável pela tomada de decisões”. PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. *¿Cibercidadani@ e ciudadani@.com?* Barcelona: Gedisa, 2004. Pág. 68.

Além disso, portais online como o E-Cidadania²⁷ e o E-Democracia²⁸ possibilitam que o cidadão participe ativamente no processo legislativo mediante a aposição de comentários à projetos, sugestão de pautas de votação legislativa, consulta da agenda de audiências públicas e proposição de novas ideias de leis.

Neste aspecto, interessante mencionar que o E-Cidadania admite, inclusive, consultar quais sugestões realizadas via portal foram posteriormente convertidas em projeto de lei, como por exemplo a proposta de proibição da distribuição de canudos, sacolas plásticas e uso de microplástico em cosméticos, que alcançou 20 mil apoios em 09/03/2018, e que fora convertida no Projeto de Lei do Senado n° 263, de 2018.

Sobre tais experiências, é imperioso mencionar que, apesar das ferramentas online demonstrarem capacidade de atingir os cidadãos de maneira direta e imediata, possibilitando, inclusive, a leitura do impacto das informações lançadas, aprimorando a democracia participativa, reside nestes mesmos fatores a ressalva feita por Wilson Gomes.

O autor, que confirma que as tecnologias tornam a participação na esfera política mais confortável e acessível ao cidadão, adverte que as ferramentas não são suficientes para garanti-la, momento em que elenca três fatores: “seja porque a discussão política *on-line* está limitada para aqueles com acesso a computadores e à internet, seja porque aqueles com acesso à internet não necessariamente buscam discussões políticas, seja, enfim, porque discussões políticas são frequentemente dominadas por poucos”.²⁹

Dito isto, outras discussões se iniciam: Qual o perfil do internauta que acessa aos sites supramencionados? Considerando a participação ativa deste perfil, é possível admitir que apenas uma parcela específica da população tem seus anseios atendidos dada a conversão de suas sugestões em PL? Os demais cidadãos, que desconhecem ou que não tem acesso aos sítios eletrônicos, são igualmente atendidos em suas reivindicações?

Respostas à estes questionamentos podem ser verificados, ainda que de maneira superficial, por meio da análise dos dados obtidos na Pesquisa Sobre o Uso

²⁷ De autoria do Senado, pode ser acessado no seguinte endereço: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/>>.

²⁸ De autoria da Câmara dos Deputados, pode ser acessado no seguinte endereço: <<https://edemocracia.camara.leg.br/>>.

²⁹ GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política.** Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos. São Leopoldo, v. VII, n. 3, set./dez. 2005. Pág. 221.

das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, publicados no ano de 2017³⁰.

Nela, 65% dos moradores *urbanos* responderam que mantêm em sua residência computador com acesso à internet, enquanto apenas 34% da população *rural* respondeu de forma afirmativa.

Quanto a renda familiar, 95% dos entrevistados que recebem *mais de 10 salários mínimos* afirmaram que mantêm em sua residência computador com acesso à internet, enquanto que 62% dos que recebem *até 1 salário mínimo* afirmaram que não tem o mesmo acesso.

Consequentemente, 70% dos entrevistados que se enquadram nas *classes D e E* confirmaram que não tem acesso à um computador com internet, enquanto que 99% das pessoas da *classe A* afirmaram que tem.

A discrepância latente entre os perfis que acessam os sítios eletrônicos também se verifica quando os dados do próprio site E-Cidadania confirmam que o Estado de São Paulo foi responsável pelo cadastro de 15.307 ideias, apoiadas por mais de 1 milhão de votos, enquanto que Roraima encaminhou apenas 104 e o Amapá 170³¹.

Nesta senda, e ao que tudo indica, temos que o acesso aos meios online de participação democrática são usufruídos por apenas parte da população brasileira, esta, por sua vez, derivada de um nicho específico de pessoas, possivelmente caracterizadas por sua classe social, moradia e renda.

Outro viés que intriga referida discussão decorre da influência das massas pelas informações lançadas em rede e, conseqüentemente, a mudança político-comportamental do cidadão devido a pulverização de notícias (falsas ou não), da pluralidade de opiniões e da liberdade de expressão online.

Indispensável posicionamento é trazido por Antonio Enrique Pérez Luño, para quem o uso da informação transcende o exercício da força em termos de influência e controle das atividades dos cidadãos:

³⁰COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros.** Disponível em: <<https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2016/>>. Acesso em: 22.07.2019.

³¹ Dados disponíveis no *link*: < <https://www.senado.gov.br/bi-pdf/Arquimedes/ecidadania/rel-ideia-legislativa-completo-pdf.pdf>>.

Nas sociedades informatizadas contemporâneas, o poder já não reside no exercício da força e sim do uso de informações que permitem influenciar e controlar as atividades dos cidadãos. Daí que as possibilidades de intervenção nos processos sociais, econômicos e políticos, sejam determinados pelo acesso à informação. A informação sucede o poder e este poder se torna decisivo quando transforma informações parciais e dispersas em informações de massas organizadas.³²

Com efeito, as redes sociais, como a representação de verdadeiras *âgoras digitais*, são exemplos nítidos de como o seu uso (bom ou ruim) é capaz de não apenas influenciar, mas sim tornar-se um fator indispensável na formação de opinião política dos cidadãos.

Isto porque, nelas, o emissor de uma opinião encontra conteúdo suficiente para embasar quaisquer espécies de discursos, sejam eles concretos ou absurdos, embasados em conteúdo seguro ou *fakenews*.

Da visão do governante, as redes sociais representam um verdadeiro termômetro de popularidade, aceitação e apoio. Com menos de 280 caracteres, como é o caso do Twitter (ferramenta muito utilizada pelos presidentes norte-americano e brasileiro), e em pouquíssimo espaço de tempo (muitas vezes segundos), é possível mensurar a abrangência de um pronunciamento e o nível de aquiescência pela opinião pública nacional e internacional.

Lado outro, é importante advertir que a profundidade de impacto de uma informação, seja ela verossímil ou não, depende exclusivamente do modo interpretativo e comportamental adotado pelo internauta

Assim, cabe à ele optar pela filtragem da substância da informação recebida, reflexão esta que pode ser realizada mediante a busca de sua veracidade.

A abrangência irrestrita, pluralidade e diversidade são características típicas do ciberespaço e das redes sociais, de modo que cumpre ao internauta absorver o conteúdo que lhe é imprimido não apenas visando a confirmação do que acredita, mas sim a adoção positiva de posicionamento, inclusive políticos, que sejam divergentes, exatamente para suscitar debates cada vez mais profundos e saudáveis, conforme assevera Rene Braga da Costa:

Nesse contexto, em um ambiente de polarização política, ao invés de admitir a presença de opiniões distintas ou conflitantes e tratar a pluralidade destas

³² PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Nuevos derechos fundamentales de la era tecnológicos: lalibredad informática.** In *Anuario de Derecho Público y Estudios Políticos* n° 2. 1989/90. Pág. 90.

como positiva, o indivíduo busca por elementos que reafirmem e comprovem suas concepções, geralmente incriminando ou culpabilizando o grupo no espectro oposto de todas as mazelas existentes.³³

No entanto, a ânsia de confirmação de uma opinião própria, que já fora pré-concebida, pode levar à emissão de uma fala ausente de qualquer reflexão ou ponderação, que serve tão somente para confortar o ego ou reafirmar um pensamento raso, geralmente embasado em subjetivismos, achismos, concepções completamente descabidas ou mesmo *fakenews*.

Neste ponto, a concepção de Giovanni Sartori se faz imprescindível. O autor dispõe em sua obra, elaborada em 1998, mas que se encaixa perfeitamente ao tempo presente, que a filtragem de conteúdo é uma faculdade de seu destinatário, podendo este optar pela maneira com que irá concatenar as informações que estão à sua volta:

Afirmo de nuevo que las posibilidades de Internet son infinitas, para bien y para mal. Son y serán positivas cuando el usuario utilice el instrumento para adquirir información y conocimientos, es decir, cuando se me va por genuínos intereses intelectuales, por el deseo de saber y de entender. Pero la mayoría de los usuarios de Internet no es, y preveo que no será, de esta clase. La paideia del vídeo hará pasar a Internet a analfabetos culturales que rápidamente olvidarán lo poco que aprendieron en la escuela y, por tanto, analfabetos culturales que matarán su tiempo libre en Internet, en compañía de «almas gemelas» deportivas, eróticas, o de pequeños hobbies. Para este tipo de usuario, Internet es sobre todo un *terrific way to was the time*, um espléndido modo de perder el tiempo, invirtiendo lo en futilidades.³⁴

Outra instigante passagem da obra depõe a existência de um ser humano que foi convertido em *Homo Videns* que, diversamente do *homo sapiens* comum, foi afetado de tal maneira pelos meios tecnológicos que dele tornou-se dependente, viciado ou teleguiado.

³³ BRAGA, René Moraes da Costa. **A indústria das fake News e o discurso de ódio**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4813/2018_braga_industria_fake_news.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13.07.2019.

³⁴ Tradução nossa: “Afirmo novamente que as possibilidades da Internet são infinitas, para melhor e para pior. Eles são e serão positivos quando o usuário utiliza o instrumento para adquirir informações e conhecimentos, ou seja, quando ele busca interesses genuínos intelectuais, pelo desejo de conhecer e entender. Mas a maioria dos usuários da Internet não é, e espero que não seja, dessa classe. A paideia do vídeo passará para a Internet para analfabetos culturais que esquecerão rapidamente o pouco que aprenderam na escola e, portanto, analfabetos culturais que matarão seu tempo livre na Internet, na companhia de esportes, eróticos ou pequenas "almas gêmeas" passatempos. Para esse tipo de usuário, a Internet é principalmente uma maneira fantástica de perder tempo, uma maneira esplêndida de perder tempo, investindo em futilidades”. SARTORI, Giovanni. **Homo Videns: La sociedade teledirigida**. Buenos Aires: Tauros, 1998. Pág. 57.

Sugere o autor que a essência desta nova espécie fora substancialmente alterada pela influência das informações massificadas, tornando o ser humano “*infinitamente más pobre: más pobre no sólo encunto a palabras (al número de palabras), sino sobre todo encunto a la riqueza de significado, es decir, de capacidad conotativa*”³⁵.

E tal concepção nos parece adequada ao momento presente quando analisamos, por exemplo, o comportamento das pessoas nas eleições de 2018.

Por um lado, a escolha dos governantes gerou notável comoção social e resultou em conflitos ideológicos de todas as ordens. Por outro, também foi marcada pelo incomensurável bombardeio de notícias falsas que, por mais esdruxulas que aparentem, são impressionantemente capazes de imprimir certeza apenas devido a infinidade de vezes que são compartilhadas e, com isso, criar verdadeiros gados sem qualquer capacidade pensante, apenas reprodutores de determinadas “opiniões” ou frases de efeito.

Outro exemplo clarividente acerca da condução das massas ocorre por meio dos algoritmos. Tratam-se de códigos lançados pelo(s) desenvolvedor(es) da ferramenta digital que balizam sua atividade sistemática mediante o direcionamento de resultados de buscas, de apresentação de conteúdo publicitário, de pessoas com os mesmos interesses.

O direcionamento do conteúdo nos preocupa, ao passo que incentiva a construção de bolhas sociais, sustentadas, muitas vezes, por silogismos descabidos, premissas inabaláveis, egoísmos e pré-conceitos decorrentes, apenas, da repetitividade ou da influência imprimida pelo sistema.

Imperioso esclarecer que o estudo desta temática não é novidade, talvez o âmbito tecnológico de aplicabilidade é que seja, já que até mesmo Platão externou preocupações legítimas sobre a emissão de falácias e as consequências de sua reprodução na formação das pessoas, ao dizer para Glauco que deveriam vigiar os autores das fábulas e impedir que as ruínas se espalhem³⁶.

³⁵Tradução nossa: ““Infinitamente mais pobre: mais pobre não apenas em termos de palavras (o número de palavras), mas principalmente em termos de riqueza de significado, isto é, de capacidade conotativa”.”SARTORI, Giovanni. *Op. Cit.* Pág. 48.

³⁶ PLATÃO. **A República**. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/a-rep3bablica-platc3a3o-fcg-5c2aa-ed-1987.pdf>>. Acesso em: 10.07.2019.

Com efeito, a colonização de ideias e a violação da liberdade irrestrita de autodeterminação, que convertem o cidadão em verdadeiros zumbis da internet, pode ser enquadrado no conceito de Antonio Enrique Perez Luño, quando o autor se refere à *ciudadania.com* como o oposto de *cibercidadania*.

Para ele a possibilidade de implemento da participação social e política autêntica, plena e efetiva por meio de tecnologia, constitui valor determinante na diferenciação entre as duas terminologias. Enquanto a *cibercidadania* é praticada pelo internauta consciente, que busca imprimir veracidade às suas opiniões, em contrário temos a *ciudadania.com*, realizada por aquele que se degenera e se deixa controlar pelos meios informativos quaisquer³⁷.

Neste contexto, passível concluir que a cibercidadania e a ciberdemocracia são valores extremamente válidos na promoção do desenvolvimento social. Possibilitam o acesso facilitado à informações, pessoas e conteúdos que antes eram discutidos em nichos restritos da população.

A expansão e a promoção das redes sociais são igualmente favoráveis para ambos, cidadania e democracia. As ágoras digitais oferecem o contato direto entre governante e governado, bem como a verificação, por aquele, do impacto imediato das opiniões e decisões veiculadas.

Ainda, capacitam o internauta para estabelecer novas discussões, demandar novos direitos e agir perante a sociedade de maneira mais completa, efetiva e consciente, tudo isto decorrente do acesso à informação, da facilitação da comunicação e da conectividade com outras culturas, povos, demandas e experiências.

Lado outro, os mesmos fatores são capazes de imprimir concepções demasiadamente ruins aos meios digitais. O acesso à informação, muito vezes restrito à uma determinada parcela da população, pode ser considerada como privilégio ou vantagem, se compararmos os dados já insertos neste texto.

Ainda, indispensável mencionar que a facilidade de formação de opinião, embora confirme a liberdade de expressão como valor inabalável do Estado de Direitos, também resultou na disseminação desarrazoada de falácias, promoção de discursos de ódio gratuito e na elevação exacerbada de egocentrismo na busca por afirmação pessoal nas redes.

³⁷ PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. ¿Cibercidadani@ e ciudadani@.com? Barcelona: Gedisa, 2004. Pág. 106-107.

CONCLUSÃO

As relações humanas transcenderam a imprescindibilidade do contato pessoal. A visibilidade e influência providas pelas redes sociais são capazes de direcionar o agir, pensar e determinar das massas mundiais de pessoas. O acesso à informação, via internet, é ilimitado e instantâneo. Serviços são prestados por intermédio de algoritmos e trabalhos realizados por inteligências artificiais. Representantes de potências mundiais informam o futuro de nações pela rede, em 280 caracteres.

O ciberespaço não é apenas uma realidade. O acesso ao conteúdo que dele emana e as novas realidades advindas da era da conectividade transcendem o limite do imaginável, não sendo possível mensurar a quantidade de dados atualmente em rede, mas sabemos que o crescimento é exponencial, assim como o aumento da população que dele se utiliza também o é.

Ao lado destes novos parâmetros do que se entende por demandas sociais, ou direitos fundamentais dos seres humanos, também estão a cidadania e a democracia, cuja essência fora redimensionada frente ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, elevando conceitos de cibercidadania e ciberdemocracia/teledemocracia ao cerne da questão.

Muito se discute acerca da viabilidade de exercício dos direitos políticos, tais como o voto, a participação em audiências públicas ou mesmo a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular por meio da internet. O que se sabe, até então e com certeza, é que os impactos podem ser maiores ou menores, mas nunca inafastáveis.

Delineamos ao longo do estudo que o estado brasileiro conta com sítios eletrônicos e canais televisivos que permitem ao governado a visualização de conteúdo, a participação ativa e, até mesmo, a verificação do destino de suas sugestões legislativas.

Compreende-se que tais possibilidades são grandes avanços a efetivação dos valores democráticos. A direta participação social no processo legislativo fortalece a democracia representativa e manda um recado aos governantes no sentido de que

aqueles que o colocaram em destaque político, ainda assim, estão se empenhando para melhores condições aos cidadãos.

No entanto, da análise dos dados mencionados no perpassar deste estudo, certos questionamentos se mostraram necessários, afinal, será que os sítios eletrônicos governamentais, e os resultados legislativos que dele emanam, representam a vontade dos cidadãos ou de apenas a parcela deles que tem acesso à internet e conhecimento das vias alternativas de contato com os governantes.

Nesse viés, verificamos que apenas pequena parcela da população tem sua residência guarnecida por um computador com acesso à internet, merecendo destaque a considerável discrepância de acesso à rede entre as classes sociais.

Portanto, temos que, em que pese a elevação da internet como um direito da humanidade, as desigualdades sociais no Brasil ainda impedem que valores tão importantes, como a concreção da cidadania e o fortalecimento da participação democrática sejam colocados em segundo plano.

Em um país onde mais de 72 milhões de residências não são guarnecidas por rede de esgoto³⁸, diga-se, direito básico do ser humano, coadunamos que a expansão da rede de internet e a diminuição do custo do serviço certamente esbarram na ingerência dos governantes, no desinteresse dos poderes regentes e na existência de demandas primárias da população, como o exemplo acima.

Não obstante referida ponderação, outro destaque deve ser atribuído ao crescimento contínuo do número de internautas que acessam redes sociais, servindo para confirmar que a internet é indispensável na vida do brasileiro, já que este dispense mais tempo diário conectado do que em sono profundo, por exemplo.

Todavia, as mazelas desta conectividade devem ser extraídas com moderação. Afinal, as *fakenews* são uma realidade inafastáveis, assim como as

³⁸ De acordo com um levantamento realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil 72,4 milhões de pessoas moram em domicílios sem acesso a rede geral de esgoto. Em 2018, estima-se que 66,3% do total de domicílios do país tinham acesso a rede geral ou fossa ligada à rede para escoamento de esgotos. No Sudeste 88,6% dos domicílios tinham ligação à rede geral ou fossas ligadas à rede geral de esgotos. Os menores percentuais estavam no Norte (21,8%) e Nordeste (44,6%). No país, 72,4 milhões de pessoas residiam em domicílios sem acesso à rede geral coletora de esgotos. De 2017 para 2018, o percentual de domicílios com acesso à rede ou de fossa ligada à rede da Região Centro-Oeste aumentou de 52,5% para 55,6%, principalmente devido à expansão das redes de esgoto em Mato Grosso (de 29,8% para 34,9%) e Mato Grosso do Sul (de 41,4% para 48,2%). Resultados disponíveis em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24532-pnad-continua-abastecimento-de-agua-aumenta-no-centro-oeste-em-2018-mas-se-mantem-abaixo-do-patamar-de-2016>>.

amedrontosas consequências da disseminação de falácias em uma sociedade insaciável por informação.

Assim sendo, temos que a cibercidadania e a ciberdemocracia são fenômenos contemporâneos, decorrentes de novas realidades, com novas demandas e novas características. São, em suma, acontecimentos favoráveis ao desenvolvimento da humanidade, cujos efeitos certamente se perpetuarão pela eternidade sendo inadmissível, entretanto, que o internauta se olvide que os valores primordiais à vida em sociedade ainda vigem e vigerão, assim como os dados lançados na rede diariamente.

Diante disso, concluímos classificando como totalmente necessário proceder a utilização ponderada da conectividade. O conceito de *homo videns*, explorado no decorrer deste estudo, bem caracteriza a fase de deslumbre e a intensidade do valor da informação nos dias atuais, mas, apesar dos bons olhos, a internet pode acarretar danos irreparáveis à democracia e à cidadania se o ego, a busca por afirmação e a alienação política continuarem a suplantam valores sociais mais importantes ao desenvolvimento da humanidade.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. **O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/AbranchesSergio%281988%29_PresidencialismodeCoalizao.pdf>. Acesso em: 20.05.2019.

BRAGA, Renê Moraes da Costa. **A indústria das fake News e o discurso de ódio**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4813/2018_braga_industria_fake_news.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13.07.2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). **A sociedade em rede: do conhecimento a acção política**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2006.

CEBRÍAN, Juan Luis. **A rede**. São Paulo: Summus, 1999.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros**. Disponível em: <<https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2016/>>. Acesso em: 22.07.2019.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

GILES, David. **Media Pshycology**. Disponível em: <<http://beet.the-eye.eu/public/WorldTracker.org/Sociology/Giles%20-%20Media%20Psychology.pdf>>. Acesso em: 9.07.2019.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos. São Leopoldo, v. VII, n. 3, set./dez. 2005.

INTER NATIONS. **Digital Life Abroad AnExpat Insider Topical Report**. Disponível em: <https://cms.internations.org/sites/default/files/2019-05/2019-05-22_Digital_Life_Abroad_Report_by_InterNations.pdf>. Acesso em: 22.07.2019.

KOO, Lawrence. **O papel da Web 3.0 no consumo contemporâneo**. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/7086/5127>>. Acesso em: 21.07.2019.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em uma direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **Ciberdemocracia**. Tradução de Alexandre Emílio. Lisboa; Epistemologia e Sociedade, 2002.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **A democracia no Brasil: o presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/02>>. Acesso em: 12.07.2019.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Disponível em: <<https://adm.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/18/2014/10/Marshall-Cidadania-Classe-Social-e-Status1.pdf>>. Acesso em: 12.05.2019.

MOLINARO, Carlos Alberto; SARLET, Ingo Wolfgang. Breves notas acerca das relações entre a sociedade em rede, a internet e o assim chamado Estado de Vigilância. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coords.). **Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, Valéria Ribas do. **Neoconstitucionalismo e ciberdemocracia: desafios para a implementação da cibercidadania da perspectiva de Perez Luño.** Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496580>>. Acesso em: 01.06.2019.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **¿Cibercidadani@ e ciudadani@.com?** Barcelona: Gedisa, 2004.

_____. **Nuevos derechos fundamentales de la era tecnologica: laliberdad informática.** In Anuario de Derecho Público y EstudiosPolíticos nº 2. 1989/90.

PIOVESAN, Flávia. **Internet e direitos humanos.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-internet-direitos-humanos/>>. Acesso em: 30.06.2019.

PLATÃO. **A República.** Disponível em: <<https://marcofabionuva.files.wordpress.com/2011/08/a-repc3bablica-platc3a3o-fcg-5c2aa-ed-1987.pdf>>. Acesso em: 10.07.2019.

RESENDE, Mariana Junqueira Pereira. **CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: a Internet como instrumento para efetivação de direitos fundamentais.** Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Ribeirão Preto, 2016.

SARTORI, Giovanni. **Homo Videns: La sociedade teledirigida.** Buenos Aires: Tauros, 1998.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

UNITED NATIONS. **Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression.** Disponível em: <https://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf> . Acesso em: 12.07.2019.

WE ARE SOCIAL. **DIGITAL IN 2018: WORLD'S INTERNET USERS PASS THE 4 BILLION MARK.** Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>>. Acesso em: 12.09.2019.

Submetido em 24.09.2019

Aceito em 06.10.2019